

# O caos no sistema de saúde

Não é de hoje que as decisões referentes à saúde no Brasil seguem a velha praxe de só ser adotadas depois que o caos se estabeleceu. Os hospitais particulares que mantêm convênios com o Inamps, já se cansaram de mostrar suas contas, provar as dificuldades econômicas que atravessam e de esperar que o governo federal, aquele que contrata seus serviços, os compreenda e providencie soluções para seus problemas. Em vão. É preciso que primeiro se instale o caos para que depois o governo se sensibilize, não para a solução dos problemas, mas sim para o simples equacionamento deles. Todos sabem que o Estado é ineficiente e insuficiente para atender às necessidades médicas da população. Apesar disso, no entanto, pune sistematicamente, com uma remuneração ridícula, a rede privada, que acaba tendo sob sua responsabilidade direta o atendimento médico hospitalar da maioria dos brasileiros.

A "punição" não acontece só pelo *quantum* fixado no valor de cada serviço prestado. Para fazer-se idéia do absurdo, basta saber que o Ministério da Previdência Social estabeleceu para uma diária hospitalar o valor de NCzs 18,48, que devem cobrir obrigatoriamente as despesas alimentares — dois lanches e três refeições —, as de medicamentos, lavanderia, atendi-

mento especializado e todos os custos de serviços administrativos. Estes NCzs 18,48 por paciente/dia só chegam aos hospitais no mínimo 50 dias depois, que o atendimento foi efetivamente realizado. Em um país com uma inflação de 2% ao dia, pode medir-se o volume do prejuízo! Neste contexto, até os maiores entusiastas do estatizante Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde temeram pelo pior, pelo caos absoluto e acabaram percebendo que os hospitais — da rede privada, especifique-se bem — "estão dando o último suspiro de sobrevivência".

O autor da descoberta do estado terminal da rede hospitalar privada é o secretário da Saúde do Estado de São Paulo, José Aristodemo Pinotti, o mesmo secretário que tanto batalhou para que o Suds fosse implantado, tanto enquanto concepção na Constituição Federal quanto enquanto prática efetiva de atendimento de saúde para a população. Agora, o dr. Pinotti descobre que "eles", os hospitais da rede particular, que ainda oferecem um atendimento de boa qualidade — principalmente à população mais carente —, "não têm dinheiro para comprar o mínimo necessário ao atendimento, os estoques acabaram e eles precisam recorrer a empréstimos bancários para pagar aos funcioná-

rios". Ou seja, o secretário da Saúde de São Paulo agora se convenceu de que tudo que há muito acontece na rede hospitalar pública, a partir da implantação do Suds, começou a acontecer na rede hospitalar privada. E só não é pior, só não é o caos absoluto, porque os responsáveis pela rede hospitalar privada fixaram alguns limites que não admitem romper, principalmente no que se refere à qualidade dos serviços médicos prestados.

Levado pelo instinto de sobrevivência, os hospitais particulares ameaçaram fechar suas portas. Frente ao fato consumado, o Inamps concedeu aumento e prometeu não atrasar mais, tanto, o repasse das verbas do Suds. Foi o bastante para que o dr. Pinotti chegasse ao ponto de defender a suspensão do pagamento da dívida externa para não restringir o atendimento de saúde... isto, depois que alguns hospitais chegaram ao ponto de sugerir aos pacientes internados que providenciassem a compra de seus próprios medicamentos...

O grave em todo esse processo de destruição do atendimento médico-hospitalar do brasileiro é que, malgrado todas as evidências, continua grassando a mentalidade estatizante na medicina brasileira. O Suds enquanto concepção não

é discutido, não é reconhecido como fundamento de toda esta crise. Muito ao contrário, nesta semana o Congresso Nacional deverá votar o substitutivo do deputado paulista do PSDB Geraldo Alckmin que regulamentará o funcionamento do Sistema Único de Saúde. O substitutivo de Alckmin determinará maior estadualização da saúde e a extinção do Inamps. A tão discutida Lei Orgânica da Saúde — com toda a sua mentalidade estatizante —, tomando o caminho alternativo do substitutivo Alckmin, possivelmente seja aprovada. O SUS não está preocupado em garantir a presença da livre iniciativa no atendimento médico do brasileiro, apesar do que expressamente garante o artigo 199 da Constituição.

O deputado Alckmin talvez devesse tomar conhecimento das novas opiniões do secretário Pinotti, antigo entusiasta da medicina estatizada. A realidade cobrou seu preço, e o secretário percebeu os riscos de não ser evitado o "último suspiro de sobrevivência" da rede hospitalar privada. Não conhecemos os motivos dessa nova fase do dr. Pinotti; se são político-eleitorais, talvez sejam produto da mera observação do estado real da rede hospitalar pública, especialmente em tempo de greve, como a parede deste momento no Inamps.